

AS FÔRCAS ARMADAS COMO FATOR NO POVOAMENTO DA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Ten.-Cel. TASSO VILLAR DE AQUINO

Temos insistido na apreciação do espaço amazônico naquilo que se relaciona, em última análise, com a sua defesa, porque estamos convencidos de que nenhuma outra região no Brasil exige, no momento, mais seriedade, firmeza de decisão e objetividade na solução dos seus problemas.

Não é preciso muito esforço para se alcançar esta realidade. A situação internacional, dia a dia mais incerta e ameaçadora, aí está para quem quizer vêr e sentir.

A qualquer momento poderemos ter o Mundo sacudido em sua totalidade pelos horrores da guerra, hoje manifesta em focos isolados, num evidente preparo de generalização.

Agora mesmo os brasileiros aguardam o embarque do "Batalhão Suez", numa missão de paz, porque surgiu um foco ameaçador da tranqüilidade Universal e foi preciso contê-lo. Outros focos estão vivos; outros surgirão, por certo. Há perigo à vista, e sério.

Caso deflagre essa Guerra, que de tão esperada não constituirá mais surpresa, a Amazônia será, no Brasil, uma das áreas mais ameaçadas. Sua situação no conjunto americano, em relação aos pontos vitais do Continente, independentemente de outros fatores, dá-lhe tal relevância que se torna difícil pensar-se em tê-la afastada do conflito, se êle irromper.

O equipamento militar adequado, eficaz e oportuno da Amazônia é, no momento, um imperativo nacional, para a tranqüilidade e segurança da Nação.

Em dois artigos anteriores publicados nesta Revista, procuramos apreciar o aspecto militar do problema. Emitimos algumas opiniões despreziosas, mas absolutamente sinceras, aprendidas na escola da prática, nos quase dois anos que permanecemos na região, percorrendo-a em todos os sentidos e procurando compreendê-la como soldado, principalmente.

O povoamento nacional da extensa fronteira amazônica, diretamente ligado à defesa e à prosperidade da região, é outro importante aspecto que não pode dispensar a colaboração decisiva das Fôrças Armadas, ao lado de outras organizações públicas e privadas.

Não foge o assunto à regra geral na Amazônia, que os problemas não deverão ser encarados separadamente, nem lograrão ser resolvidos por ações isoladas. Exigem, ao contrário, planejamento conjunto: ações coordenadas, decididas e objetivas, baseadas em perfeito conhecimento das condições locais.

Sob êste aspecto, o objetivo é balisar a linha de fronteira, nos pontos importantes da mesma, com marcos vivos de população útil que, ao mesmo tempo que afirmem de maneira insofismável a posse da terra, se constituam em motivo de orgulho nacional e ativos elementos de vigilância.

Os pontos a balisar com êsses núcleos de população estarão sôbre as vias naturais de comunicação dos países vizinhos para o interior de nosso território, quase sempre constituídos pelos rios navegáveis; e ao longo de cursos d'água fronteiriços,

que ofereçam condições razoáveis de navegabilidade.

É o caso dos rios Oiapoque, no território do Amapá; Tacutú-Maú, no de Rio Branco; Negro, Japurá, Içá, Solimões e Javary, no Estado do Amazonas; Juruá, Acre, Purús, no Território do Acre; Madeira, Mamoré e Guaporé no Território de Rondônia.

Para terem estabilidade, entretanto, e corresponderem à finalidade de segurança nacional, os núcleos sobre a fronteira deverão ter a forma de Colônias Militares, mas com particularidades que evitem o fracasso certo se as mesmas não forem inteligentemente observadas.

Assim, as Colônias Militares de Fronteira deverão compreender um pequeno contingente militar do valor de Pelotão ou Companhia, no máximo e um contingente civil, de colonos e especialistas nacionais, como pedreiros, carpinteiros, eletricitistas, etc., que contribuam para a produção e vida normal do pequeno núcleo organizado.

Ambos contingentes teriam elementos variáveis e elementos permanentes, estes últimos oriundos da região e decididos a nela permanecer.

Quem conhece a Amazônia sabe perfeitamente que esse elemento existe espalhado pela floresta imensa, à beira dos rios, completamente desassistido e inútil. Trata-se apenas de selecionar, grupá-los nos pequenos núcleos, oferecendo-lhes assistência, meio de trabalho, orientação e direção.

Considerando as difíceis condições de vida nos pontos afastados da fronteira amazônica, os núcleos aí organizados não deverão ter mais de 2.000 almas; mesmo porque, sob o ponto de vista militar, não parece aconselhável, em tais regiões, a existência de núcleos importantes de população.

Os elementos militares variáveis seriam os oficiais e os graduados especializados, obrigados, entretanto, a permanecer um prazo certo nas Colônias Militares e com substituição assegurada logo ao término desse prazo.

Do contingente civil seriam variáveis os funcionários categorizados como médico, dentista, professor, farmacêutico, agrônomo, etc., também obrigados, sob contrato, a uma permanência mínima bem remunerada.

A Direção da Colônia Militar seria de Capitão ou Oficial superior, conforme a importância do contingente militar; Pelotão ou Companhia, por sua vez função das condições locais.

Na Administração militar, seria o Diretor da Colônia Militar auxiliado pelo Comandante da tropa e os auxiliares imediatos deste e, no setor civil, por uma equipe de elementos militares, especialmente designados, particularmente graduados, e uma equipe técnica constituída de médico, agrônomos, veterinário, etc.

A área total da Colônia Militar compreenderia uma zona urbana e outra rural, esta bem mais ampla e compreendendo lotes com casas cedidas aos colonos para as atividades agro-pecuárias.

Na zona urbana a área militar, com o quartel, campo de esporte, linha de tiro; e a zona residencial ou civil, com o pavilhão da Administração da Colônia, escola, hospital, igreja, cinema, reembolsáveis, correio, telégrafo, etc., e as casas residenciais não incluídas na zona rural.

A Colônia Militar seria dirigida segundo Regulamento especialmente organizado, com atribuições, deveres e obrigações, no qual deverá estar prevista a possibilidade de utilização conjunta dos elementos de trabalho da Colônia para atividades de interesse coletivo, como desmatamentos para campo de pouso, instalações públicas, campos agrícolas, etc.; concessão de lotes para praças da Colônia, desde que não houvesse prejuízo para a eficiência militar da organização; garantia de lotes para os reservistas das Colônias Militares, etc.

Com essa organização seriam asseguradas ao pessoal condições de vida compatível e digna, garantidas da permanência e prosperidade dos núcleos.

Ao lado do médico, do professor, do dentista, do padre, o agrônomo representa nas Colônias Militares, elemento de alto valor, como orientador e fiscalizador do trabalho agrícola, indicando nos solos amazônicos, de fraca produtividade, as culturas de ciclo rápido mais próprias, a técnica do cultivo, o emprêgo de adubos, as normas para evitar a erosão, o combate às pragas, especialmente as formigas, etc.

O Exército já está presente em vários desses pontos, propícios à formação de Colônias Militares, sobre a fronteira: Clevelândia, no Território de Amapá, sobre o rio Oiapoque; Cucuí, sobre o Rio Negro; Vila Bitencourt, no rio Japurá; Ipiranga, no rio Içá; Tabatinga, no rio Solimões, todos no Estado de Amazonas; Guaporé, no rio Mamoré e Príncipe da Beira, sobre o Guaporé, ambos no Território de Rondonia. Outras guarnições militares estão previstas ao longo do Rio Javary e serão brevemente instaladas.

As condições de vida e a assistência social quanto à alimentação, habitação, saúde, educação, transporte, religião, recreação, deixam ainda muito a desejar nas guarnições militares atuais.

Faz-se necessária, portanto, apenas completar a obra, transformando em Colônias Militares, nos moldes aqui preconizados, as guarnições já existentes sobre a linha de fronteira e dando essa feição desde o início às que venham a ser criadas.

São incontestáveis os resultados benéficos para a soberania nacional que trazem as guarnições sobre pontos importantes da linha de fronteira na Amazônia. Um exemplo disso temos no rio Içá, que era freqüentemente teatro de complicações internacionais até pouco tempo, quando o 2º Pelotão estava sediado em Santo Antônio do Içá, longe da fronteira, nas proximidades da foz do rio Içá no Solimões. Essas complicações cessaram com a simples acertada providência de deslocamento da sede do 2º Pelotão bem mais para montante, sobre a fronteira.

Ultimamente o rio Javary tem assistido a desagradáveis incidentes de fronteira, em que nossos indefesos seringueiros têm sofrido vexames, perda de bens e de vidas, a ponto de abandonarem, por falta de garantias, as ricas terras da sua margem, no alto e médio rio e adjacências, onde abundam a sôrva, a borracha e a castanha. O objetivo procurado pelos malfiteiros é exatamente o que está sendo conseguido; isto é, abandono da terra para que esta possa ser explorada em prejuízo do Brasil.

O Javary é um rio fronteiriço, com aceitáveis condições de navegabilidade, variáveis de 4,5 a 2,5 pés de calado nas estiagens; margens geralmente baixas, sujeitas a inundações, com poucas e reduzidas áreas de terra firme, capazes de suportar pequenos núcleos de população. Esses núcleos deverão, entretanto, ser criados em pontos que assegurem o trabalho tranqüilo de nossos seringueiros e impeçam o contrabando dos produtos extrativos brasileiros. A nosso vêr esse resultado seria conseguido com três núcleos sobre o rio Javary:

- entre a foz do rio Curuçá e a do Javary-Mirim;
- entre esta última e a do Galvez;
- na foz do rio Galvez.

O apoio a esses núcleos deverá ser assegurado através de Benjamin Constant, e os mesmos deverão dispôr de barcos a motor adequados, para patrulhamento do rio.

O Exército brevemente estará também presente em um ou mais desses pontos sobre o rio Javary, respondendo à necessidade de segurança naquela região.

Por razões outras, mas que estão também clamando pela nossa presença ao longo do rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa, a montante de Clevelândia, deveriam ser estabelecidas Colônias Militares, que assegurassem nossa soberania naquelas longínquas regiões perigosamente despovoadas do lado brasileiro. Essas Colônias ligar-se-iam por rodovias à cidade de Oiapoque, de vez que o médio e alto rio Oiapoque

que é muito encachoeirado, não oferecendo facilidade à navegação.

A participação de nossa Marinha de Guerra e da nossa Aeronáutica no povoamento da fronteira amazônica seria contribuindo através do transporte, no apoio logístico às Colônias Militares; no patrulhamento e vigilância da fronteira. Para isso precisariam ser dotadas de material especial para as condições amazônicas e atuar, provavelmente, de bases em Manaus.

Para melhor apoio por parte da Aeronáutica, é indispensável a existência de campos de pouso em todos os núcleos, mesmo para os que disponham de facilidades para o pouso náutico. Os Serviços de Navegação da Amazônia e Portos do Pará (SNAPP) terão também, como é óbvio, um grande papel na manutenção das Colônias Militares. Precisam, portanto, ser parte na ação conjunta. A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) financiaria a instalação e manutenção das Colônias Militares de Fronteira e o pagamento do pessoal civil das mesmas, mediante acordo com o Ministério da Guerra, nos moldes exigidos por aquela organização.

Praticamente todas as Colônias aqui preconizadas estão situadas em zonas consideradas no Planejamento Quinquenal da SPEVEA como de interesse econômico e político para financiamento de iniciativas julgadas úteis por aquele órgão.

Ainda mais, no Plano de Colonização preparado pela SPVEA para ter início em 1956, está prevista a organização de Colônias nos moldes das que estamos tratando. Na "Resenha Informativa" da SPVEA, de 30 de abril de 1955, lê-se o seguinte: "As Colônias projetadas são de vários tipos e finalidades diversas. Ora prepondera a produção de gêneros alimentícios ou de exportação; ora o interesse político-econômico da penetração do território, objetivando o alongamento da fronteira econômica; ora, ainda, a modificação do panorama da fronteira externa, dando ao indígena da orla e ao soldado vigilante novas condições de vida".

O problema, portanto, já está perfeitamente conhecido. O que se faz necessária é ação conjunta com espírito prático e objetivo, contornando as desalentadoras barreiras burocráticas e desprezando infundáveis discussões acadêmicas, tão do agrado dos teóricos do Centro, mas que acarretam imensos males à Periferia, em última análise ao Todo, que é o Brasil.

Nas regiões mais fracamente povoadas, na faixa de fronteira, deveriam ser instaladas Colônias Militares mais amplias, mais desenvolvidas, dotadas de maiores recursos, cuja finalidade seria o apoio às Colônias sobre a linha fronteiriça e a transformação em futuros núcleos importantes de população. Estas Colônias teriam como contingente militar tropa no valor de Companhia ou Batalhão de Caçadores e totalizaria, cada uma, de 10.000 a 15.000 habitantes, inicialmente. Logo que tivessem condições, deveriam se constituir em vilas e cidades, perdendo a situação de Colônias. Estão neste caso as regiões de Tapuruquara-Uaupés e Caracarái, nos trechos encachoeirados dos rios Negro e Branco, respectivamente; e Santo Antônio do Içá, na foz do rio Içá.

Em um empreendimento deste, o Serviço de Proteção dos Índios (SPI) não deverá ficar à margem. Sua atuação deverá ser no sentido de levar às tribus a assistência indispensável para que elas se transformem em elementos razoavelmente úteis de produção e de defesa da região. Isto será conseguido através de uma sábia e pertinaz política de assistência no próprio meio em que vivem, sem procurar-se trazer as tribus para o contacto permanente com o civilizado, como vem sendo praticado, com os piores resultados.

O que deverá ser procurado é despertar e manter no índio o sentimento de brasilidade, fornecendo-lhe elementos para o trabalho agrícola, orientação para esse trabalho e assistência médica periódica, ao lado de rudimentares noções de higiene; mas deixando-o viver a seu modo, sem interferências descabi-

das, que jamais serão compreendidas por êle.

No Território do Amapá, na fronteira com a Guiana Francêsa, encontramos um arremêdo do que julgamos deva ser feito em relação ao índio, em um pequeno grupo de "Galibís", que trabalham a terra, produzindo para o consumo próprio e para o pequeno comércio e possui razoável sentimento de brasilidade e boa noção de higiene.

A tarefa de educar para a civilização deverá se limitar às crianças índias, principalmente nos colégios das missões religiosas existentes em considerável número nos mais longínquos pontos da Amazônia. Esses colégios vêm realizando uma obra admirável, digna de todo apoio e de ser desenvolvida.

Conhecemos, servindo no 26º BC, em Belém, um "Galibi" puro, afastado da tribo quando criança. Era Cabo Telemetrista, inteligente, fisi-

camente forte e elemento de escol naquela Unidade.

Em Cucuí, soubemos da existência de um grupo indígena organizado nas proximidades. Este grupo vive sob a chefia de um índio educado em colégio de Manaus. Voltou para a tribo, e hoje imprime à mesma melhores condições, apesar de completamente desassistido. Períodicamente vem êsse chefe com sua tribo até o Pelotão para trocar o produto do seu modesto trabalho por medicamentos, alimentos, vestimenta, etc. São exemplos comprovadores de que a semente vingará e produzirá frutos, se fôr bem lançada e assistida adequadamente.

Recursos para a realização de obras sérias de envergadura, não faltarão na Amazônia. Para isto existe o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, constituído de três por cento (3%) da renda tributária da União, além de outras: — desenvolvimento em todos os setores do gigantesco Vale.